

DOCUMENTAÇÃO

www.aese.pt

Índice

Censura no campus.....	1
Uma “Universidade heterodoxa” para a resistência.....	4

Censura no campus

A Universidade, de modo mais notório nos países anglo-saxónicos, vive um dos seus momentos mais frágeis das últimas décadas. A liberdade de expressão – essencial para poder ensinar a pensar – está a ser rebaixada, encurralada pelo politicamente correto e pela primazia dos sentimentos sobre os factos.

O mundo social é complexo, pelo que se torna impossível estabelecer uma data concreta para o que Jonathan Haidt e Greg Lukianoff denominaram “a infantilização da mente americana”. [Um influente](#) artigo (“The Atlantic”, setembro 2015) enfrentava a onda de neo-puritanismo que assola os campus norte-americanos. Cada vez mais, o léxico da esquerda cultural pós-moderna se convertia em *mainstream*: espaços seguros, micro-agressões, preconceito inconsciente, pronomes escolhidos, apropriação cultural, inter-seccionalidade, opressão sistémica... Um conjunto de conceitos de resistência e neologismos orwellianos que evidenciavam uma tradução sintomática: o conforto moral do aluno ultrassensível como bem supremo. Não se tratava, à partida, que o conhecimento e a instrução não fossem relevantes, mas no novo ecossistema universitário, em caso de dúvida, havia que sacrificar a agenda pelo bem-estar estudantil, os factos pelo *wishful thinking* e a incómoda verdade pela desejada justiça social.

O que explica este salto qualitativo? Desde a paulatina conversão do aluno em cliente, até ao medo dessas máquinas de picar carne que são as redes sociais; desde o “sentimentalismo tóxico” da nossa era ([William Darlymple](#)), até à escassa [“resiliência millennial”](#), passando pela retro-

-alimentação incessante entre os muito numerosos departamentos de Crítica Cultural (com a sua ânsia por libertar da opressão, muitas vezes invisível ou porosa) e o empurrão da [política identitária](#), com a sua obsessiva tendência para substituir individualidade por coletivismo. O inferno está cheio de boas intenções, mas a bola de neve já era imparável. Históricos, oportunistas, ativistas e intransigentes encontraram o terreno fértil para silenciar aquilo de que não gostavam.

Patrulhar a roupa do Halloween

Estes ingredientes cozinham uma das primeiras explosões virais de intolerância. Os protagonistas: Yale, um casal de catedráticos, Halloween e um grupo de estudantes encolerizados. No outono de 2015, a administração mandou um correio eletrónico aos alunos indicando-lhes que deviam optar por disfarces que não ferissem a sensibilidade de nenhuma minoria. Erika Christakis, perante o que considerava um excesso, reivindicou num escrito requintado o tom festivo, transgressor, do Halloween e alertou para as consequências sociais e académicas de aceitar que a burocracia se imiscua até em roupas de festa. A tempestade posterior foi épica: compensa [ir ao YouTube](#) para ver como, com paciência franciscana, Nicholas Christakis discute com um grupo de estudantes indignados pelo escrito de sua mulher. O professor recebeu insultos, choros e gritos pela sua “insensibilidade”, o seu “racismo” e por encorajar um meio onde “se possa desencadear a violência” contra as minorias.

Este último eco – a pirueta que equipara palavra e ação – é essencial para entender a corrente de intransigência que invadiu tantas universidades. Uma maré que salpica as bases

de qualquer democracia (a liberdade de pensamento e de expressão) e que constitui, simplesmente, a ponta de lança de um arsenal mais amplo: o politicamente correto e o linchamento de quem expresse publicamente ideias que se afastem do beneplácito social-democrata. Porque, a não ser em pouquíssimos assuntos, o consenso público – isto é, o mediático e o das elites intelectuais que marcam a agenda – das denominadas guerras culturais, oscila entre o progressismo liberal e a extrema esquerda.

O politicamente correto é um [fenómeno antigo](#). Embora as suas raízes mergulhem na influência dos pós-estruturalistas franceses nos campus norte-americanos do pós-1968, atingiu o seu pico nos anos 90. E já então havia resistência: indiretamente, intelectuais como Roger Scruton ou Jean-François Revel; de modo direto, em obras brilhantes como “Higher Superstition. The Academic Left and Its Quarrels with Science” (1994), escrito por dois cientistas (o biólogo Paul R. Gross e o matemático Norman Levitt) pasmados diante da politização dos factos e do desprezo pelo método científico sob um álibi de libertação ideológica.

Qual é a novidade, então, desta nova fúria do politicamente correto que intervém nos campus? Em primeiro lugar, aquilo que há décadas era uma tendência para a esquerda das Humanidades e das Ciências Sociais converteu-se hoje num domínio quase absoluto. Em segundo lugar, a caixa de ressonância que permitiu a Internet e as redes sociais, capazes de mobilizar, amplificar e assediar como nunca. E, por último, aquilo que aconteceu agora também é diferente dos anos 90 devido à inédita repetição das agressões, das interrupções e das humilhações. A Universidade norte-americana não tem recordações de uma época tão agitada, em termos físicos, desde a contestação dos anos 60.

Uma falsa equiparação

A igualização entre palavras e violência é o cerne da questão. Prepara o salto lógico que *legitimou* as centenas de coações e sabotagens. É o raciocínio do *anti-fascista*: calar o *intolerante* é não só um ato de justiça, como um dever moral para prevenir a violência que desencadeariam as suas palavras, esses “discursos do ódio”. A dialética da autodefesa.

Mas, então, emerge outro salto insolúvel, *carrolliano*: ódio é o que eu diga que é ódio. O que implica – de facto, de modo habitual – que ódio é simplesmente, aquilo que não se ajusta “à minha forma de pensar”. A definição de tolerância (“respeito pelas ideias, crenças ou práticas dos outros quando são diferentes ou contrárias às próprias”) é substituída pelo dogma. Se as ideias do professor ou conferencista desafiam os mandamentos do *Social Justice Warrior*, automaticamente são etiquetadas como fascistas, racistas, homofóbicas, que põem em perigo quem as escuta. Discuti-las seria legitimá-las, *ergo* devem ser retiradas de circulação.

Assim, estabelece-se uma causalidade entre a letra de uma canção e o assassinio, entre a gramática e o desprezo sexual, entre oposição argumentada à transexualidade infantil e o suicídio de um adolescente com disforia. O canal do que é suscetível de ser dito é secado, tropas de ativistas patrulham a fala, as palavras “matam” e as pessoas são meras entidades que, parafraseando Woody Allen, reservam voos para a Polónia após escutar Wagner.

Desde há alguns anos, não há semana em que não se desencadeie uma nova polémica: mais habitual é a de atacar atos de jornalistas conservadores (Ben Shapiro, Ann Coulter, na sua altura, o provocador [Milo Yiannopoulos](#)), de feministas críticas da terceira onda do feminismo (Christina Hoff Sommers) ou de académicos liberais ([Jordan Peterson](#), Douglas Murray), mas o fenómeno converteu-se em algo transversal e a própria esquerda radical – alinhada em todos os seus ismos – também faz prisioneiros entre as suas fileiras.

A esquerda devora-se a si própria

Em novembro de 2014, não se pôde realizar um debate em Oxford. Embora organizado por estudantes pró-vida, contava com duas opiniões antagónicas: contra o aborto (Tim Stanley, “Telegraph”) e drasticamente a favor (Brendan O’Neill, “Spiked Online”). Grupos feministas radicais fizeram campanha (com sucesso) para proibir o evento... porque eram dois homens que faziam o debate e havia estudantes que “se sentiam ameaçadas”. Com o protesto emergiu um dos decretos das *identity politics*: só os membros de um grupo podem debater algo associado a ele.

A lista dos que sofreram represálias é longa. Bill Maher, flagelo de republicanos, foi acusado de racista por criticar o Islão e quase não conseguiu proferir a lição inaugural em Berkeley (2014). [Germaine Greer](#), feminista de referência, foi insultada e alvo de boicote por negar a plena feminilidade dos transexuais antes de uma conferência em Cardiff (2015). Um outro exemplo: o “The New York Times” intitulava, sonoramente, [“Quando a esquerda se volta contra si própria”](#) para ilustrar o vexame sofrido por Bret Weinstein, um professor “profundamente progressista” que dava aulas num dos campus mais progressistas dos EUA. Weinstein desafiou a nova norma que estudantes e administração haviam imposto para o “Day of Absence”: que nenhum branco fosse nesse dia ao Evergreen College. Weinstein, no entanto, depois de questionar previamente o perfil segregacionista da medida, apresentou-se para dar as suas aulas... e uma horda de estudantes chamou-o aos berros de “racista” enquanto exigia o seu despedimento.

O contundente título do “The New York Times” é sintomático, visto que coloca sobre a mesa as tensões intelectuais da esquerda universitária. Mark Lilla, professor de História Intelectual em Columbia, professa um progressismo aberto.

Depois da vitória de Trump, publicou uma das colunas mais decisivas dos dois últimos anos: "[The End of Identity Liberalism](#)". Aí condenava o narcisismo da diferença pregado pela esquerda cultural pós-moderna e reivindicava maior ênfase em tudo aquilo que os norte-americanos têm em comum. Ou seja, a noção liberal clássica de comunidade, com os seus direitos e os seus deveres. Não é por acaso que haja vozes a proclamar que a divisão direita-esquerda não é útil agora que a distinção mais significativa reside entre autoritários e abertos. Isso porque a batalha pela liberdade de expressão está a criar estranhos companheiros de caminhada.

A subdivisão infinita

É importante analisar a hostilidade dentro da própria esquerda, visto que a mania das identidades coletivas – erguida sobre a vitimização como força motriz – adere a uma lógica insaciável: os grupos podem sempre, por seu turno, subdividir-se em grupos mais pequenos, que reclamem a sua quota de sofrimento, a sua ânsia da diferença e as suas políticas de restituição e reconhecimento público. E como o pós-modernismo neo-marxista defende que toda a relação social é uma relação de poder, as novas fações irão à procura do seu resqúcio de opressão para fundamentar a sua identidade coletiva.

Um exemplo gráfico é o alfabeto que se desenvolve a partir da "comunidade *gay*" dos anos 70 até à atual nomenclatura "LGBTQQIAAP" (Lesbian, Gay, Bisexual, Transgendered, Queer, Questioning, Intersex, Asexual, Allies and Pansexual). Paradoxalmente, como [referia](#) Claire Lehmann, diretora de "Quillette", tanta insistência em reconhecer a diversidade levar-nos-á a descobrir que "não há nada mais diverso do que a individualidade".

Esta tendência está longe de ser apenas anglo-saxónica, mesmo que seja a mais mediática. A Universidade Católica de Lovaina abriu um processo a um professor de Filosofia que, para os seus alunos pensarem sobre o aborto, lhes fez chegar um ensaio pró-vida. Em Lyon-II, uma organização laicista e a Frente Nacional conseguiram o cancelamento do colóquio "Lutar contra a Islamofobia". Em Espanha, são famosos os casos de Rosa Díez na Universidade Complutense, a rutura de um diálogo entre Felipe González e Juan Luis Cebrián na Universidade Autónoma de Madrid, os ataques a oradores não nacionalistas na Universidade de Barcelona ou, para citar um ambiente diferente, a campanha contra Jokin de Irala quando ia falar de sexualidade na Universidade de Cádiz.

Em todos os casos aparecem variantes do sufixo - *fobia*, um truque de mãos gramatical que, como [escreve](#) Frank Furedi, implica a "patologização do desacordo ou da dissidência". E os loucos encerram-se em instituições e os focos de doença (social) isolam-se e destroem-se. Novamente Furedi: "O termo 'fobia' implica que, se não se aprecia determinado estilo de

vida, então isso deve-se, sem dúvida, ao facto de se ser um intolerante irracional".

As estratégias de linchamento e desqualificação do dissidente são semelhantes em todo o lado. Os meios de comunicação, além disso, reproduzem a maioria dos autos de fé mecânica e acriticamente, como com "[o memorando machista do Google](#)". As acusações de racista, transfóbico e restantes etc. são formas de silenciar o discurso sem levar em conta nenhum argumento, pois expulsam da esfera da sociedade respeitável quem discorda. Mas há algo pior: são epítetos muito infecciosos e levam a que ninguém, inclusivamente pessoas que talvez concordem com os argumentos esgrimidos, queira aproximar-se desses *radicals*, visto que temem o contágio. E o contágio conduz, inexoravelmente, ao início do parágrafo: o linchamento.

Um sítio para desafiar ideias

Se é problemático que a expressão seja tão frágil na opinião pública, é trágico que a doença aflija as universidades. A primeira razão, e mais evidente, é que a faculdade deve ser um sítio para desafiar ideias. O aluno entra nela para aprender, não para confirmar tudo o que sabe. Para dialogar com textos, filmes, experiências, professores e outros alunos que proporcionam outra visão do mundo. Não é relativismo, mas mera aceitação da complexidade, porque a verdade e o caminho do conhecimento são complexos. E, através desse processo hermenêutico, o estudante irá crescer intelectualmente, ampliando a sua capacidade crítica. Este trabalho implica, inevitavelmente, enfrentar ideias que, muitas vezes, são perigosas, controversas ou incómodas; ou ler sobre evidências científicas chocantes.

Pode-se jogar com o assunto e argumentar que a violência é a exceção à norma, chamativa e inaceitável, mas exceção, ao fim e ao cabo. Contudo, essas erupções agressivas são a ponta do *iceberg*. Porque todo este impulso do politicamente correto, das crenças pós-modernas, da hipersensibilidade estudantil, dos linchamentos mediáticos e das legislações sobre quotas e direitos de falar vão perfurando a liberdade académica e gerando uma espiral do silêncio em académicos e pensadores que saem dos carris. Agora reclama-se mais coragem pessoal para pisar determinados charcos, e demasiadas administrações universitárias estão aterrorizadas por aparecerem como alvos da ira de twitters enfurecidos e jornalistas ativistas. E este ambiente de intimidação é preocupante, porque a Universidade fica afetada numa das suas principais missões: a de fazer pensar.

Como escrevia John Stuart Mill, "quem só conheça um aspeto da questão, não conhece grande coisa dela. As suas razões podem ser boas e pode não ter havido ninguém capaz de as refutar. Mas se a pessoa é igualmente incapaz de refutar as razões da parte contrária, não tem motivos para preferir uma ou outra opinião". Por isso, para lá do evidente aroma

totalitário dos boicotes, escandalizar-se com aquilo que se escuta numa aula ou num congresso académico constitui uma atitude radicalmente anti-universitária. Porque as *más ideias* não devem ser silenciadas, mas refutadas.

A. N. G.

São exemplos coletivos que, somados aos inúmeros casos individuais – como a corajosa resistência de [Jordan B. Peterson](#) – evidenciam pela enésima vez a validade da máxima de Edmund Burke: “A única coisa de que necessita o mal para triunfar é que os homens bons não façam nada”.

A. N. G.

Uma “Universidade heterodoxa” para a resistência

Jonathan Haidt, professor de Psicologia Social na New York University, dava uma aula numa sessão plenária. Perante centenas de professores e académicos formulou a seguinte pergunta: como se definem politicamente? A esmagadora maioria deles, mais de 80 %, reclamaram ser progressistas ou de esquerda; como centristas levantaram o braço umas 20 pessoas; 12 libertários; e, como conservadores só se ergueram três corajosas mãos. Aquela experiência improvisada era muito sintomática para Haidt: qual o motivo de no meio académico das Ciências Sociais – e das Humanidades, acrescente-se – reivindicar-se como o que vota metade da sociedade é tão estranho? A abismal dissonância entre as convicções políticas dos que estudam a sociedade e a própria sociedade estudada era inquietante. Não encaixava.

Devido a essa preocupação – aumentar a diversidade política nos campus – nasceu a [Heterodox Academy](#). Não pretendem impor quotas, mas convencer com dados e argumentos. Partindo, isso sim, de uma convicção: que a diversidade ideológica é boa em si mesma – tanto moral como cientificamente – para um ambiente de estudo que está constantemente a lidar com questões políticas. Desde a abertura da [heterodoxacademy.org](#) no verão de 2015, a *campus madness* aumentou exponencialmente, de modo que a *web* se transformou numa referência preciosa. Abarca desde artigos académicos até *posts* rigorosos que incentivam o debate com respeito e coragem intelectual.

Entre as suas múltiplas ações, a Heterodox Academy elabora um guia em que avalia a liberdade de expressão, utilizando como que um semáforo, nos campus norte-americanos. Trata-se de uma iniciativa que espelha a que “Spiked Online” realiza no Reino Unido desde 2015. É encorajador que um dos critérios utilizados pela Heterodox Academy para a sua avaliação seja o de constatar se uma Universidade aderiu (ou não) aos denominados “[princípios de Chicago](#)”: uma defesa apaixonada da sala de aula e do campus como ambientes abertos ao debate. A Universidade de Chicago adotou institucionalmente esses princípios, liderando assim o compromisso firme com o *free speech*.